

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

PROCEDIMENTO:	PROCEDIMENTO N.º 73/24 – Concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual
---------------	--

PREÇO BASE:	454.001,66 € (quatrocentos e cinquenta e quatro mil e um euro e sessenta e seis cêntimos)
-------------	---

OBJETO CONTRATUAL:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO E PROJETO DE EXECUÇÃO, POR LOTES
--------------------	---

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E PATRIMÓNIO
DIVISÃO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

PR. DO DOUTOR JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO 4470-202 MAIA
TEL. 229 408 600 · FAX 229 480 901 · dcp.dfp@cm-maia.pt · www.cm-maia.pt

IM-002.7

Página 1/31



ÍNDICE

Artigo 1.º	5
Objeto do concurso	5
Artigo 2.º	5
Entidade pública adjudicante	5
Artigo 3.º	5
Órgão que tomou a decisão de contratar	5
Artigo 4.º	6
Fundamento da escolha do procedimento	6
Preço base	6
Artigo 6.º	7
Preço anormalmente baixo	7
Artigo 7.º	7
Concorrentes	7
Artigo 9.º	8
Visita aos edifícios objeto de intervenção	8
Artigo 10.º	8
Critério de adjudicação	8
Artigo 11.º	9
Consulta e disponibilização das peças do procedimento	9
Artigo 12.º	9
Esclarecimentos, erros e omissões e retificações das peças do procedimento	9
Artigo 13.º	10
Apresentação das propostas	10
Artigo 14.º	10
Proposta	10
Artigo 15.º	11
Propostas variantes	11
Artigo 16.º	11
Documentos que constituem a proposta	11

Artigo 17.º	13
Modo de apresentação da proposta	13
Artigo 18.º	13
Retirada da proposta	13
Artigo 19.º	13
Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	13
Artigo 20.º	13
Esclarecimentos sobre as propostas	13
Artigo 21.º	14
Exclusão de propostas	14
Artigo 22.º	15
Leilão eletrónico	15
Artigo 23.º	15
Relatório preliminar	15
Artigo 24.º	15
Audiência prévia	15
Artigo 25.º	15
Relatório final	15
Artigo 26.º	15
Adjudicação por lotes	15
Artigo 27.º	15
Dever de adjudicação	15
Artigo 28.º	15
Causas de não adjudicação	15
Artigo 29.º	16
Notificação da decisão de adjudicação	16
Artigo 30.º	16
Documentos de habilitação	16
Artigo 31.º	18
Modo de apresentação dos documentos de habilitação	18
Artigo 32.º	18

Caução.....	18
Artigo 33.º	18
Notificação da apresentação dos documentos de habilitação.....	18
Artigo 34.º	18
Caducidade da adjudicação.....	18
Artigo 35.º	19
Aceitação da minuta do contrato	19
Artigo 36.º	19
Reclamações contra a minuta	19
Artigo 37.º	19
Celebração de contrato escrito	19
Artigo 38.º	20
Prova de declarações.....	20
Artigo 39.º	20
Falsidade de documentos e de declarações.....	20
Artigo 40.º	20
Idoneidade	20
Artigo 41.º	20
Encargos dos concorrentes	20
Artigo 42.º	21
Legislação aplicável	21

SECÇÃO I

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Objeto do concurso

1. O presente concurso tem por objeto **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO E PROJETO DE EXECUÇÃO, POR LOTES"**, (CPV Classificação relativa ao Vocabulário Comum para os Contratos Públicos **71240000-2 - Serviços de arquitetura, engenharia e planeamento**, do Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial das Comunidades Europeias n.º L 74, de 15 de março de 2008).
1. Os lotes objeto do presente procedimento são:
 - a) **Lote 1** - Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica do Castelo da Maia;
 - b) **Lote 2** - Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária de Pedrouços;
 - c) **Lote 3** - Elaboração de um anteprojecto e projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária do Levante da Maia;
 - d) **Lote 4** - Elaboração de um anteprojecto e projeto de execução para o Centro de Saúde do Alto da Maia e para o Centro de Saúde de Pedrouços.

Artigo 2.º

Entidade pública adjudicante

A entidade pública adjudicante é o Município da Maia.

Câmara Municipal da Maia

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

4474-006 MAIA

Telef. 22 9408600

<http://www.cm-maia.pt>

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, exarado no dia **17 de outubro de 2024**, a qual foi objeto de delegação de competência da Câmara Municipal da Maia no Presidente da Câmara, nos termos deliberados na reunião extraordinária que teve lugar no dia 19 de outubro de 2021 e objeto de republicação na reunião ordinária do dia 02 de novembro (Edital n.º 784/2021).

Artigo 4.º

Fundamento da escolha do procedimento

1. A Câmara Municipal da Maia submeteu e irá submeter candidaturas a financiamento, ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência, concretizadas nos seguintes avisos e componentes:
 - 1.1. As candidaturas a financiamento para a execução da reabilitação das referidas Escola Básica do Castelo da Maia, Escola Básica e Secundária de Pedrouços e da Escola Básica e Secundária do Levante da Maia será formalizada mediante os próximos avisos, na sequência e no âmbito do Aviso n.º 01/C06-i09/2023, que se anexa e se enquadra na medida de Investimento RE-C06-i09 – “Escolas novas ou renovadas”, inserida na Componente 6 “Qualificações e Competências” do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e tem como principal objetivo a modernização e requalificação dos estabelecimentos públicos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos e do secundário identificados como necessitando de intervenção prioritária.
 - 1.2. O financiamento para a execução da reabilitação do Centro de Saúde do Alto da Maia e a reabilitação do Centro de Saúde de Pedrouços, será realizado no âmbito do Aviso n.º 01/C06-i09/2023, que se enquadra na medida de Investimento RE-C01-i01: Cuidados de saúde primários com mais respostas, inserida na Componente C01 “Serviço Nacional de Saúde” do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), e tem como principal objetivo a modernização e requalificação das Unidades locais de Saúde, proporcionando o acesso dos cidadãos a cuidados de saúde mais robustos.
2. Na qualidade de Beneficiário Final, o Município da Maia deve garantir que cada processo de candidatura a financiamento contém a informação e os elementos necessários que constam do referido Aviso.
3. Entendendo-se que não existem recursos próprios que assegurem a elaboração de anteprojetos quando aplicável, e dos projetos de execução relativos à reabilitação das identificadas Escolas, e para o Centro de Saúde do Alto da Maia e para o Centro de Saúde de Pedrouços, necessários à instrução da candidatura, propõe-se que a satisfação da necessidade seja realizada com recurso a operador económico a atuar no mercado concorrencial, propondo-se, consequentemente, a abertura de um procedimento pré-contratual para o efeito.
4. A escolha do procedimento para a formação do contrato, em causa, baseia-se no valor do contrato a celebrar e fundamenta-se no disposto nas disposições conjugadas da alínea c) do n.º 1 e alínea d) do n.º 2 do artigo 16.º, do disposto no artigo 18.º e nos termos da alínea a) do n.º 1 artigo 20.º, todos do CCP.

Artigo 5.º

Preço base

1. O preço base do procedimento é de **454.001,66 € (quatrocentos e cinquenta e quatro mil e um euro e sessenta e seis cêntimos)**, sendo o montante máximo que esta entidade se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
2. Ao preço base global referido no número anterior correspondem os seguintes valores base por lote:
 - a) **Lote 1** - Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica do Castelo da Maia – **83.754,00 € (oitenta e três mil setecentos e cinquenta e quatro euros e zero cêntimos)**;

- b) **Lote 2** – Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária de Pedrouços - **120.149,00 € (cento e vinte mil cento e quarenta e nove euros e zero cêntimos)**;
 - c) **Lote 3** – Elaboração de um anteprojecto e projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária do Levante da Maia - **159.762,50€ (cento e cinquenta e nove mil setecentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos)**;
 - d) **Lote 4** – Elaboração de um anteprojecto e projeto de execução para o Centro de Saúde do Alto da Maia e do Centro de Saúde de Pedrouços – **90.336,16€ (noventa mil trezentos e trinta e seis euros e dezasseis cêntimos)**.
3. O valor base foi fixado com fundamento em critérios objetivos, tais como os preços médios de anteriores procedimentos, prevista no artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, nomeadamente através de parecer técnico da Divisão de Projetos, Edifícios e Equipamentos que integra o Departamento de Construção, Manutenção, Energia e Mobilidade do Município da Maia.

Artigo 6.º

Preço anormalmente baixo

Ao abrigo do n.º 1 do artigo n.º 71.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, o Município da Maia não vai definir preço anormalmente baixo.

Artigo 7.º

Concorrentes

1. Podem apresentar propostas os operadores económicos que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
2. É permitida a apresentação de propostas por um agrupamento de concorrentes, o qual deve assumir a forma jurídica de Consórcio Externo em regime de responsabilidade solidária, quando lhe for adjudicado o contrato. No caso de consórcio, todas as empresas integrantes devem satisfazer as disposições de idoneidade referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.

Artigo 8.º

Assinatura eletrónica dos documentos

1. Todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica em qualquer momento do processo, deverão ser assinados pelo(s) seu(s) representante(s) que tenha(m) poderes para obrigar, de acordo com o estabelecido no n.º 4 do artigo 57.º do CCP, devendo cumprir com o disposto nas alíneas seguintes:
 - a) Todos os documentos submetidos na plataforma deverão ser assinados digitalmente, através de uma assinatura eletrónica qualificada, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

- b) Cada documento deverá ser individualizado e deverá ter a aposição de assinatura eletrónica qualificada, ou seja, em cada um dos documentos eletrónicos e autónomos, que sejam submetidos, de acordo com o estipulado n.º 5 do artigo 54.º da Lei 96/2015, de 17 de agosto.
- c) Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- d) A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos e não preclui a exigência inscrita na al. a) e b) do presente normativo.
- e) Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do adjudicatário que os submetem.
- f) Os documentos que sejam cópias eletrónicas de documentos físicos originais emitidos por entidades terceiras, podem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica de quem o submeta, atestando a sua conformidade com o documento original.

Artigo 9.º

Visita aos edifícios objeto de intervenção

Durante o período de apresentação de propostas, os interessados poderão requerer, com antecedência mínima de 2 dias, visitas à(s) Instalação(ões) que serão objeto de intervenção, e realizar nelas os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, devendo inteirar-se das condições que influam no modo de executar os serviços.

Artigo 10.º

Critério de adjudicação

1. A adjudicação será efetuada por lote de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, através da modalidade multifator, designadamente o preço global da proposta, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP e de acordo com o modelo anexo a este programa de procedimento.
2. As propostas serão hierarquizadas de forma decrescente, sendo a melhor proposta aquela que apresentar a pontuação mais elevada de acordo com o disposto no número anterior.
3. No caso da existência de dois ou mais concorrentes que apresentem o mesmo prazo, o desempate será feito pelo que tem um prazo de execução mais baixo. Mesmo assim, se se mantiver o empate será efetuado por sorteio presencial, cujas condições serão oportunamente notificadas a todos os concorrentes.
4. As pontuações são apresentadas com arredondamento às duas casas decimais.

SECÇÃO II
Peças do procedimento

Artigo 11.º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. As peças que instruem o procedimento são o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, e respetivos Anexos.
2. As peças do procedimento encontram-se disponíveis no serviço de contratação pública, da Câmara Municipal da Maia, Praça do Doutor José Vieira da Carvalho, onde podem ser consultadas pelos interessados, durante as horas normais de expediente (9:00h às 12:30h e das 14:00h às 17:30h), desde a data de publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Durante a consulta das peças do procedimento não é permitida a reprodução de quaisquer documentos por cópia, fotografia ou processo semelhante, nem neles fazer qualquer inscrição.
4. As peças do procedimento serão ainda disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, em <https://www.acingov.pt>.
5. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o download das peças do procedimento.
6. O download das peças do procedimento não constitui, em caso algum, condição de participação no mesmo. Para ter acesso à plataforma da AcinGov, deverá efetuar o registo no endereço eletrónico <https://www.acingov.pt>.
7. Não é necessário o interessado efetuar o processo de registo para ter acesso, no caso de o mesmo já ser utilizador de alguma plataforma eletrónica da AcinGov.
8. As normas constantes do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconforme.

Artigo 12.º

Esclarecimentos, erros e omissões e retificações das peças do procedimento

1. Os interessados podem solicitar esclarecimentos relativos à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov, durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas.
2. No mesmo prazo, os interessados devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. Os pedidos devem ser solicitados por escrito ao júri, através da plataforma eletrónica de contratação AcinGov em <https://www.acingov.pt>, na funcionalidade mensagens/esclarecimentos, utilizando a opção "criar mensagem".
4. Até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
5. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto no número anterior.

6. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 4, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto em matéria de prorrogação do prazo fixado para apresentação de propostas.
7. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <https://www.acingov.pt>, e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo todos os interessados que as tenham obtido ser imediatamente notificados desse facto.
8. Os esclarecimentos e as retificações fazer parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

SECÇÃO III

Propostas

Artigo 13.º

Apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov em <https://www.acingov.pt>, até às **23:59h do 33.º dia**, a contar da data de envio para publicação do anúncio no Diário da República, e assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
2. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos interessados um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. **Os concorrentes podem apresentar proposta para um, para alguns ou para todos os lotes objeto do procedimento, sendo apenas permitida a adjudicação, no máximo, de um lote a cada concorrente, sendo que deverão preencher o formulário com as suas preferências.**
4. O interessado deverá possuir um pacote de selos temporais e certificado de assinatura digital qualificada.
5. Os interessados devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas, bem como para a sua assinatura qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data e hora referidas no n.º 1 do presente artigo.
6. Os documentos referidos no artigo 16.º devem seguir a ordem apresentada e o nome dos ficheiros deve permitir a sua imediata identificação.
7. Cada ficheiro deve constituir um ficheiro autónomo.

Artigo 14.º

Proposta

1. Na proposta o concorrente manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo.
2. Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para avaliação da mesma.

3. O preço, que não deve incluir o I.V.A., deve ser indicado em algarismos. Quando o preço constante da proposta for também indicado por extenso, em caso de divergência, este prevalece, para todos os efeitos, sobre o preço indicado em algarismos.
4. A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total acresce o I.V.A., indicando o respetivo valor e a taxa legal aplicável.
5. A proposta deve ser assinada eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
6. A proposta deve ser assinada eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto. Os documentos não serão considerados assinados se apenas se encontrar assinado o processo de inserção na plataforma eletrónica de contratação pública. Para além dessa assinatura, os documentos propriamente ditos devem ser assinados pela pessoa com legitimidade para o efeito.
7. No caso de agrupamento de concorrentes, a proposta deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os membros ou respetivos representantes.
8. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 dias contados da data limite para a sua entrega.
9. Não é admitida a apresentação de propostas com alterações de cláusulas do caderno de encargos.

Artigo 15.º

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

Artigo 16.º

Documentos que constituem a proposta

1. A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, disponível em <https://visor.registrodelicitadores.gob.es/espd-web/filter?lang=pt>, cuja assinatura pode ser dispensada, se a autenticidade e integridade for garantida pela assinatura necessária ao meio de transmissão utilizado, designadamente, se o acesso à plataforma exigir uma autenticação eletrónica, nos termos do Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da COMISSÃO, de 5 de janeiro de 2016, que estabelece o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública.
 - I. Quando a proposta for apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser apresentado um DEUCP distinto por cada um dos membros que integram o agrupamento;
 - b) **Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos**, elaborada em conformidade com o modelo **Anexo I**;
 - c) Proposta de preço, de acordo com o **Anexo IV** do presente Programa de Procedimento, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;

- d) **Declaração de Independência da Proposta** elaborada em conformidade com o Anexo V ao presente Programa de Procedimento, devidamente assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
 - e) **Elementos da proposta, relativo a cada um dos lotes a que concorre:**
 - i. Objeto da prestação de serviços de acordo com as especificações técnicas previstas no Caderno de Encargos e demais peças procedimentais do presente concurso;
 - ii. Preços e condições de pagamento;
 - iii. Prazo de entrega/execução;
 - iv. Outros elementos (validade da proposta, despesas incluídas, descontos, etc.).
 - f) **Declaração emitida pelo concorrente, na qual fique evidenciado o vínculo contratual dos trabalhadores a afetar à aquisição de serviços, atendendo ao seu prazo, nos termos e para os efeitos do artigo 419.º-A do Código dos Contratos Públicos;**
 - g) Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando aplicável;
 - h) Cópia do pacto social ou certidão, devidamente atualizada, emitida pela Conservatória do Registo Comercial, onde conste o objeto de sociedade do concorrente;
 - i) No caso de não ser possível aferir os poderes do(s) assinante(s) para vincular a empresa através da certidão permanente deve ainda ser entregue um documento que permita verificar os poderes de assinatura do(s) mesmo(s) (procuração ou documento equivalente);
 - j) Outros elementos, de apresentação facultativa, que o concorrente considere de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado no processo de concurso.
2. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a exclusão da proposta apresentada, bem como da participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.
 3. Os concorrentes nacionais de outros Estados Membros da União Europeia, ou neles estabelecidos, devem deter os requisitos exigidos legalmente nesse Estado membro para a prestação de serviços objeto do contrato.
 4. No caso de na ordem jurídica do país de origem do concorrente não existir documento idêntico ao especialmente requerido, pode o mesmo ser substituído por declaração sobre compromisso de honra feita pelo concorrente perante uma autoridade judiciária ou administrativa, notário ou outra autoridade competente do país de origem.
 5. No caso de agrupamento de concorrentes, cada uma das entidades que o compõe deve apresentar os documentos referidos nos números anteriores.
 6. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea b) do n.º 1 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os membros ou respetivos representantes.
 7. Os documentos que acompanham as propostas devem ser assinados pelas entidades que os emitem.
 8. Os documentos que constituem a proposta devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

Artigo 17.º

Modo de apresentação da proposta

1. Os documentos referidos na cláusula anterior devem seguir a ordem apresentada e o nome dos ficheiros deve permitir a sua imediata identificação;
2. Cada ficheiro deve constituir um ficheiro autónomo;
3. A colocação de ficheiros na plataforma deverá ser otimizada, devendo para os efeitos agruparem-se ficheiros autónomos em ficheiros/pastas comprimidas, devendo a identificação ser fácil e imediata.

Artigo 18.º

Retirada da proposta

1. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto à entidade adjudicante.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

SECÇÃO IV

Abertura das propostas

Artigo 19.º

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov em <http://www.acingov.pt>.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na plataforma eletrónica referida no número anterior, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.os 1 e 2 do presente artigo.

SECÇÃO V

Análise das propostas

Artigo 20.º

Esclarecimentos sobre as propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para o efeito da análise e da avaliação das mesmas.

2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov em <http://www.acingov.pt>, sendo todos os concorrentes imediatamente notificados desse facto.

Artigo 21.º

Exclusão de propostas

1. São excluídas as propostas:
 - a) Que tenham sido apresentadas depois do prazo fixado;
 - b) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do disposto no presente Programa do Procedimento;
 - c) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais ou, no caso de agrupamentos de concorrentes, relativamente a qualquer dos seus membros, o Município da Maia tenha conhecimento que se verifica algumas das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
 - d) Que não sejam constituídas por todos os documentos exigidos no presente Programa do Procedimento, ou não cumpram o que ali se encontra estabelecido;
 - e) Que sejam apresentadas como variantes, em violação do disposto no presente Programa do Procedimento;
 - f) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixado no presente Programa do Procedimento;
 - g) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - h) Que sejam apresentadas por concorrentes em violação do que se encontra expressamente previsto nas regras do programa do procedimento;
2. São ainda excluídas as propostas cuja análise revele:
 - a) Que não apresentam algum dos atributos da proposta, nos termos referido no presente Programa do Procedimento;
 - b) Que apresentam atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos ou que apresentem quaisquer termos ou condições que violem aspetos da execução do contrato a celebrar por aquele não submetidos à concorrência;
 - c) A impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos;
 - d) Que o preço contratual seria superior ao preço base;
 - e) Um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados nos termos previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual.
 - f) Que o contrato a celebrar implicaria a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
 - g) A existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.

Artigo 22.º

Leilão eletrónico

O Município da Maia não vai recorrer à realização de leilão eletrónico.

SECÇÃO VI

Adjudicação

Artigo 23.º

Relatório preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação às mesmas do critério de adjudicação, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual deve propor a ordenação das propostas.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, relativamente às quais se verifique alguma das situações a que anteriormente se alude.

Artigo 24.º

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov em <http://www.acingov.pt>, no prazo que para o efeito lhes for fixado.

Artigo 25.º

Relatório final

Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, nos termos previsto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

Artigo 26.º

Adjudicação por lotes

As peças do procedimento permitem a adjudicação por lotes, nos termos do disposto no artigo 46.º-A do CCP.

Artigo 27.º

Dever de adjudicação

A decisão de adjudicação e respetiva notificação ao concorrente deve ter lugar até ao termo do prazo da obrigação da manutenção das propostas.

Artigo 28.º

Causas de não adjudicação

1. Não há lugar à adjudicação nos seguintes casos:
 - a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
 - b) Todas as propostas tenham sido excluídas;

- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento;
 - d) Circunstâncias supervenientes relativas aos pressupostos da decisão de contratar o justifiquem;
 - e) O Município da Maia considere, fundamentadamente, que todos os preços apresentados são inaceitáveis;
 - f) No procedimento de diálogo concorrencial, nenhuma das soluções apresentadas satisfaça as necessidades e as exigências do Município da Maia.
 - g) No procedimento para a celebração de acordo –quadro com várias entidades o número de propostas apresentadas ou admitidas seja inferior ao número mínimo previsto no programa de concurso.
- 2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.
 - 3. No caso da alínea c) do n.º 1, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de seis meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.
 - 4. A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

Artigo 29.º

Notificação da decisão de adjudicação

- 1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
- 2. Juntamente com a decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notifica o(s) adjudicatário(s) para, no(s) prazo(s) para o efeito fixado(s):
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no presente Programa de Procedimento
 - b) Confirmar o prazo para o efeito fixado, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c) Se pronunciar sobre a minuta do contrato, quando este for reduzido a escrito;
 - d) Confirmar no prazo para o efeito fixado, se for o caso, a constituição da sociedade comercial, de acordo com os requisitos fixados nas peças do procedimento e os termos da proposta adjudicada.
- 3. As notificações antes referidas são acompanhadas do relatório final de análise das propostas.

Artigo 30.º

Documentos de habilitação

- 1. Os documentos de habilitação a apresentar pela entidade adjudicatária, no prazo máximo **de 5 dias, são** os seguintes:
 - a) Declaração do concorrente elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao presente Programa do Procedimento, do qual faz parte integrante;
 - b) Documento comprovativo de que o concorrente não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional, se, entretanto, não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados por aqueles crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções;

- c) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto da Segurança Social, I.P., ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - e) Documento comprovativo do registo e das respetivas atualizações de beneficiário efetivo constantes no RCBE - Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE);
 - f) Declaração emitida pelo concorrente, na qual identifique, de forma expressa, os trabalhadores a afetar à prestação de serviços e respetivo vínculo contratual, atendendo ao seu prazo, nos termos e para efeitos do artigo 419º-A do Código dos Contratos Públicos, e em cumprimento da cláusula 10.ª das cláusulas jurídicas do Caderno de Encargos, elaborado em conformidade com o modelo **Anexo VII** ao presente Programa de Procedimento;
 - g) Documento comprovativo de que o adjudicatário não tenha sido condenado por sentença transitada em julgado por algum dos crimes seguidamente mencionados, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação, no caso de se tratar de pessoas singulares, ou, no caso de se tratar de pessoas coletivas, tenham sido condenados pelos mesmos crimes os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência das mesmas e estes se encontrem em efetividade de funções, se entretanto não tiver ocorrido a sua reabilitação:
 - i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho, de 26 de maio de 1997, e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
 - h) Certidão do registo comercial ou similar.
 - i) Declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio, de acordo com o Anexo III ao Programa de Procedimento
2. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre solicitar aos adjudicatários, ainda que tal não conste no Programa de Procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe um prazo para o efeito.
 3. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos de habilitação deverão ser apresentados por todos os seus membros.
 4. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa.
 5. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

6. Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário nos termos dos números anteriores, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis destinado ao seu suprimimento.

Artigo 31.º

Modo de apresentação dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação antes referidos, preferencialmente, através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov em <http://www.acingov.pt>.
2. Quando os documentos a que se referem as alíneas b) a g) do n.º 1 do artigo 26.º do presente Programa do
3. Procedimento se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar ao Município da Maia o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
4. Quando o adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que o Município da Maia consulte a informação relativa a qualquer dos documentos mencionados no número anterior, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1 ou a indicação prevista no número anterior.
5. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

Artigo 32.º

Caução

Não é exigível, nos termos do n.º 2 do art.º 88.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual.

Artigo 33.º

Notificação da apresentação dos documentos de habilitação

1. O órgão competente para decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação.
2. Os documentos de habilitação apresentados pelo adjudicatário são disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 85.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente na plataforma eletrónica de contratação pública acinGov em <http://www.acingov.pt>.

Artigo 34.º

Caducidade da adjudicação

1. A adjudicação do lote caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
 - a) Não apresentar os documentos de habilitação nos prazos fixados no presente Programa de Procedimento;

- b) Não apresentar os documentos redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada;
 - c) Não confirmar os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - d) Não remeter o contrato assinado, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - e) Não se tiver associado com os membros do agrupamento, nos termos previstos.
2. Nos casos previstos no número anterior, o órgão competente para a decisão de contratar adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.

SECÇÃO VII

Contrato

Artigo 35.º

Aceitação da minuta do contrato

1. Depois de aprovada a minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para a decisão de contratar notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos.
2. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos, nos termos da lei, consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 dias subsequentes à respetiva notificação.

Artigo 36.º

Reclamações contra a minuta

1. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato, ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
2. No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Artigo 37.º

Celebração de contrato escrito

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 dias após a aceitação da minuta ou, consoante o caso, do conhecimento da decisão sobre a reclamação contra aquela ou do termo do prazo fixado para o respetivo deferimento tácito, mas nunca antes de:
 - a) Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação;
 - b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c) Comprovada a prestação da caução, se aplicável;
 - d) Confirmados os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada, se for o caso.
2. A entidade pública contratante comunica ao adjudicatário, com a antecedência mínima de 5 dias, a data limite da outorga e remessa do contrato.
3. Se a entidade pública adjudicante não celebrar o contrato no prazo fixado, pode o adjudicatário desvincular-se da proposta.

SECÇÃO VIII

Declarações e documentos

Artigo 38.º

Prova de declarações

1. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento, exigir a apresentação de documentos comprovativos das declarações prestadas pelos concorrentes.
2. No prazo fixado na notificação da decisão de adjudicação, deve o adjudicatário entregar os documentos de habilitação exigidos, apresentando para o efeito certidões emitidas pelas autoridades competentes do respetivo Estado Membro.
3. Quando a não apresentação dos documentos de habilitação no prazo fixado se verificar por facto não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder, em função das razões invocadas, um prazo adicional para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 39.º

Falsidade de documentos e de declarações

1. Sem prejuízo dos procedimentos tendentes à responsabilização e da participação às entidades competentes para efeitos de procedimento de índole criminal, a falsificação de documentos ou a prestação culposa de falsas declarações no âmbito deste procedimento determinam a exclusão imediata do concorrente e, sendo o caso, a caducidade da decisão de adjudicação.
2. O disposto no n.º 1 é aplicável no caso de recusa injustificada de apresentação da exigida comprovação.

Artigo 40.º

Idoneidade

1. Podem ser excluídos do presente procedimento, em qualquer momento, os concorrentes que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. A verificação de alguma dessas situações relativamente a um ou mais membros de um agrupamento poderá implicar a exclusão desse agrupamento

SECÇÃO IX

Disposições finais

Artigo 41.º

Encargos dos concorrentes

1. Constituem encargos do adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da proposta.
2. As despesas e os encargos inerentes à redução do contrato a escrito são da responsabilidade da entidade adjudicante, com exceção dos impostos legalmente devidos pelo adjudicatário.



Artigo 42.º

Legislação aplicável

Em tudo o que o presente Programa do Procedimento for omissivo, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo Decreto-Lei n.º 54/2023, de 14 de julho, na sua redação atual, bem como na demais legislação aplicável.

Anexo I

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas **alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código**.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.



... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º do CCP

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

Anexo II

Modelo de declaração [a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas **nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.**

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP



Anexo III

Modelo de declaração de inexistência de conflitos de interesses e inexistência de conluio

..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal da (empresa, NIF, sede, e-mail), participando como entidade adjudicatária no lote ____ [identificar o lote que lhe foi adjudicado] do procedimento de formação do contrato n.º ____ para a "Prestação de serviços de elaboração de anteprojecto e projecto de execução, por lotes", lançado pelo Município da Maia, declara não estar abrangido, na presente data, nem anteriormente, por quaisquer conflitos de interesses relacionados com o objeto ou com os participantes no procedimento em causa, nem por participar em qualquer tipo de conluio.

... (local),... (data),... [assinatura (1)].

Anexo IV

Modelo da proposta de preço

(Nome do concorrente), com sede na (morada do concorrente), pessoa coletiva nº _____, obriga-se a elaborar os projetos objeto do(s) lote(s) ____ [identificar o(s) lote(s) a que concorre no âmbito do concurso público Internacional com referência 73/24, relativo à "Prestação de serviços de elaboração de anteprojecto e projecto de execução, por lotes", lançado pela Câmara Municipal da Maia, em conformidade com as peças do procedimento, pelo valor contratual global de _____€ (extenso), englobando todas as despesas inerentes à prestação, nos termos do disposto nos artigos 60.º e 97.º do Código dos Contratos Públicos, o qual não inclui o imposto sobre o valor acrescentado e sendo consideradas as condições de pagamento de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos.

Na prestação de serviços em apreço vigorará(ão) durante a globalidade do prazo de execução do contrato as seguintes condições e atributos:

[Preencher apenas para o(s) lote(s) a que concorre]

LOTE	SERVIÇOS A PRESTAR	Prazo de execução do contrato	Valor global	Ordem de preferência
Lote 1	Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica do Castelo da Maia;	_____	_____,____€	_____
Lote 2	Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária de Pedrouços	_____	_____,____€	_____
Lote 3	Elaboração de um anteprojecto e projecto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária do Levante da Maia	_____	_____,____€	_____
Lote 4	Elaboração de um anteprojecto e projecto de execução para o Centro de Saúde do Alto da Maia e do Centro de Saúde de Pedrouços	_____	_____,____€	_____



Mais declara que, no preço contratual acima indicado, estão incluídos todos os suprimentos de erros e omissões que tenham sido identificados e depois aceites pelo Município da Maia nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos.

Às quantias supramencionadas incidirá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

A presente proposta é válida por 66 (sessenta e seis) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Em anexo enviamos os documentos da proposta de acordo com o solicitado no programa de procedimento.

[Assinatura Eletrónica do(s) representante(s) legal(ais) da Empresa (1)]

ANEXO V

Modelo de declaração de independência da proposta

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede, ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente ao Concurso Público com publicação de Anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, com referência 73/24, relativo ao "Prestação de serviços de elaboração de anteprojecto e projecto de execução, por lotes", lançado pelo Município da Maia, declara, sob compromisso de honra, que:

1. A proposta apresentada no procedimento foi elaborada de forma independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, directa ou indirectamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro concorrente potencial ou de facto, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influenciar na decisão de qualquer outro concorrente potencial ou de facto em participar ou não no procedimento;
3. Que o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, directa ou indirectamente, comunicado ou discutido com qualquer outro concorrente potencial ou de facto antes da adjudicação do objecto do procedimento;
4. Que o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, directa ou indirectamente, informado, discutido ou recebido de qualquer membro integrante da entidade adjudicante antes da abertura oficial das propostas;
5. Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração.

Assinatura do(s) Responsável(éis) da Empresa (1)

(1) Nos termos do disposto no Artigo 8.º do Programa de Procedimento

Anexo VI

Modelo de Avaliação das propostas

O critério básico de apreciação de propostas é o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator, densificado por um conjunto de fatores, e eventuais subfatores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar.

A avaliação global de cada proposta resultará dos resultados da avaliação parcial dos referidos fatores.

O arredondamento dos resultados é considerado às duas casas decimais.

O critério de avaliação compõe-se pelos seguintes fatores:

FATORES		COEFICIENTES DE PONDERAÇÃO
A	Prazo de Execução do Contrato*	60%
B	Preço total da proposta	40%

A avaliação global de cada proposta resultará da avaliação parcial dos referidos fatores elementares.

A fórmula para obtenção da pontuação final é a seguinte, sendo o seu intervalo de 0 (zero) a 100 (cem):

$$AP = (0,60 \times PE) + (0,40 \times PP)$$

Sendo,

AP = Avaliação da Proposta

PE = Pontuação do fator "Prazo de execução"

PP = Pontuação do fator "Preço total da proposta"

METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DO SUBFATOR B "PRAZO DE EXECUÇÃO"

$$PE = \left[\frac{(PE_{m\acute{a}x} - PEC_c)}{PE_{m\acute{a}x}} \right] \times 100$$

Em que:

$PEC_{m\acute{a}x}$ = Prazo máximo de execução do contrato, para cada um dos, de acordo com o n.º 3 da cláusula 4.ª do Caderno de Encargos:

- o Lote 1: Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica do Castelo da Maia: no prazo máximo de 2 (dois) meses;
- o Lote 2: Elaboração de um projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária de Pedrouços: no prazo máximo de 2 (dois) meses;
- o Lote 3: Elaboração de um anteprojecto e projeto de execução para a Reabilitação da Escola Básica e Secundária do Levante da Maia: no prazo máximo de 3 (três) meses;
- o Lote 4: Elaboração de um anteprojecto e projeto de execução para o Centro de Saúde do Alto da Maia e do Centro de Saúde de Pedrouços: no prazo máximo de 3 (três) meses;

PE_c = Prazo de execução proposto pelo concorrente.

***Pelo incumprimento do prazo de execução do contrato, ao qual o prestador de serviços se propôs, o Município da Maia pode exigir-lhe o pagamento de uma pena pecuniária, nos termos da cláusula 17.ª do Caderno de Encargos, não obstante a que o Município da Maia exija uma indemnização pelos danos decorrentes desse incumprimento, nos termos do preceituado no n.º 7 da cláusula supramencionada.**

METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DO FATOR A “PREÇO TOTAL DA PROPOSTA”

Este fator será pontuado de 0 (zero) a 100 (cem), de acordo com a seguinte escala de avaliação:

$$PP = \left[\frac{(PB - PC)}{PB} \right] \times 100$$

Em que,

PB = Preço base;

PC = Preço total da proposta do concorrente.



Anexo VII

Declaração do cumprimento do disposto no artigo 419.º-A do CCP

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o contrato relativo a ... (objeto do contrato) com trabalhadores que cumpram com as exigências constantes do artigo 419.º-A do CCP, referente ao Procedimento de Contratação Pública n.º

2 - Declara também que, caso o Gestor do Contrato designado pelo Contraente Público o solicite, apresentará, no prazo que lhe for definido, cópia dos respetivos contratos de trabalho dos trabalhadores afetos à execução do presente contrato de prestação de serviços.

3 - O declarante tem pleno conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

(local), (data), [assinatura].